

ATA Nº 020/2014

Aos dezenove (19) dias do mês de agosto de dois mil e quatorze (2014), às dezesseis horas e trinta minutos (16:30 hs), no Plenário Vereador Hilário Ferri da Câmara de Vereadores, Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os senhores (as) Vereadores (as) para uma Sessão Ordinária. O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Jaime Talietti Borsatto assumiu a direção dos trabalhos. Presentes os seguintes Vereadores: Daniel Borges de Lima, Fabiane Potrich Gehlen, Elisabete de Mello Musselin, Nelso de Bona, Fabio Junior de Lima Pereira, Delemar Panis, Jaime Talietti Borsatto e Rogemir Dorigon Civa. Havendo quorum regimental o Presidente declarou aberta a Sessão e colocou em discussão a Ata de nº 019/2014, da Sessão Ordinária realizada no dia cinco (05) de agosto de dois mil e quatorze (2014). Colocada a Ata de nº 019/2014 em votação, aprovada integralmente e por unanimidade. A Vereadora Elisabete fez a leitura de um trecho da Bíblia. A seguir o Presidente apresentou a seguinte pauta para a ordem do dia: - Projetos de Leis nº 060, 061, 062, 064 e 065/2014; - Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2014; e, - Projeto de Resolução nº 001/2014. Colocada a ordem do dia em discussão e votação, aprovada por unanimidade. A seguir passou-se para a Ordem do Dia: - Projeto de Lei nº 060/2014, que “Regula o acesso à informação no âmbito do município de Arvorezinha.” Colocado em discussão os Vereadores destacaram a importância de prestar as informações da administração municipal aos cidadãos arvorezinhenses. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 060/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 061/2014, que “Autoriza o Poder Executivo a prorrogar a concessão de uso instituída pela Lei Municipal nº 2.030/2009 e dá outras providências”. Colocado em discussão, os Vereadores salientaram a importância de incentivar as empresas para geração de emprego e renda. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 061/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 062/2014, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário, nas funções que especifica e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Fabinho disse que o projeto é simples e trata apenas da contratação de servidores para o nosso Município. A Vereadora Fabiane lembrou que em outro projeto de contratação de servidores, a justificativa dizia que seria contratado um servidor para auxiliar a servidora Arleide Bedin, o servidor foi contratado mas não foi trabalhar com ela e espera que a contratação seja para o setor em que foi solicitada. O Vereador Fabinho disse que não lembra que algum projeto dizia que o servidor deveria trabalhar com a Arleide e lembrou que essas contratações são necessárias devido a denúncias de irregularidades no concurso público realizado em 2011 e espera que seja julgado pela justiça o mais breve possível. O Vereador Nelsinho salientou que o colega Vereador Fabinho muda a maneira de falar sobre denúncias feitas contra a administração passada se comparadas as denúncias feitas agora. O Vereador Delemar disse que muitas vezes as denúncias vem para beneficiar a população e quem deve tem que pagar. O Presidente lembrou que acredita que pessoas que se sentiram prejudicadas com relação ao concurso público é que buscaram seu direito na justiça. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 062/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 064/2014, que “Cria os cargos e vagas de assessores jurídicos e dá outras providências”.

Colocado em discussão, o Vereador Fabinho lembrou que devido a denúncias, apontamentos do TCE, Ministério Público, entre outros, o Executivo Municipal busca ampliar a assessoria jurídica para atender a demanda. O Vereador Nelsinho disse que quando uma administração municipal preenche todos os CCs é necessário criar novos cargos para contratar mais servidores. O Vereador Rogemir disse que verificou no Portal da Transparência e o Executivo já contratou uma assessoria jurídica e agora novamente quer criar mais cargos e por isso é contra. O Presidente disse o Prefeito contratou assessoria jurídica devido as denúncias do Ministério Público e os cargos ora criados são para atuar principalmente na área da saúde, devido aos inúmeros processos relacionados a reivindicação de medicamentos. O Vereador Delemar disse que um gestor deve sempre estar bem assessorado para evitar que erros sejam cometidos e acabem prejudicando o Município no futuro. A Vereadora Fabiane salientou que o impacto financeiro não está anexado ao projeto. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 064/2014 em votação, aprovados por seis (06) votos contra um (01), sendo o voto contrário do Vereador Rogemir. - Projeto de Lei nº 065/2014, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário, na função de Atendente de Creche e dá outras providências.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 065/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Resolução nº 001/2014, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011, no âmbito da Câmara Municipal.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Resolução nº 001/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2014, de autoria do Presidente, que “Autoriza a abertura de crédito suplementar que especifica”. Colocado em discussão, o Presidente informou que o saldo da rubrica está baixo e necessita ser aumentado, mas por enquanto nenhuma despesa está prevista. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2014 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. A seguir passou-se ao Grande Expediente: o Vereador Delemar comentou a nova estrutura que está sendo montada no Parque Municipal de Eventos para a realização da FEMATE, que deverá ser a maior feira de todas, e que o Parque servirá também para ser utilizado para o lazer da população. O Vereador Fabinho parabenizou a comunidade de Linha Quarta Castaman pela belíssima festa realizada no último domingo. Comentou sobre a 7ª FEMATE que terá o maior número de indústrias ervateiras da história divulgando seus produtos, além de mais de dez agroindústrias familiares. Salientou que a entrada para a feira será gratuita e destacou a grande variedade de shows e o salão gastronômico. Disse que equivocadamente informou no programa de rádio que o show com o Tchê Barbaridade seria de graça, mas na verdade será cobrado o preço simbólico de cinco reais. O Vereador Nelsinho também comentou sobre a excelente festa que aconteceu na Linha Quarta Castaman e convidou os Vereadores para participarem da festa na sua comunidade. Comentou sobre sua participação no programa de rádio da Câmara de Vereadores e disse que buscou sempre a verdade e prestar esclarecimentos a população, inclusive sobre a FEMATE. O Vereador Rogemir destacou os recursos federais recebidos pelo Município, assim como os demais municípios e Arvorezinha não foi

descoberta há apenas dois anos, pois todas as administrações tem méritos. Disse que hoje a receita do Município aumentou consideravelmente e cobrou do Executivo a volta dos incentivos para as empresas. Nada mais havendo para ser registrado, às dezoito horas e vinte minutos (18:20 hs) o Presidente declarou encerrada a Sessão Ordinária. Lavrei a presente Ata, que após discutida e colocada em votação, será devidamente assinada.